

EXAME DE CONSCIÊNCIA

1.X.58

Acertada andou a lei, ao estabelecer completo silêncio quarenta e oito horas antes de qualquer pleito. Podendo ainda fazer-se a propaganda escrita pela imprensa, vedada fica a propaganda falada, seja diretamente em comícios, seja indiretamente, através do rádio. Com efeito, esta é a que mais fala ao sentimento e, pela presença, senão do orador, pelo menos da sua voz, mais capaz é de exacerbar paixões. A propaganda escrita, privada como é de elementos teatrais, dirige-se mais à inteligência, do que aos sentidos, e, sem deixar de ser propaganda, desperta quase sempre a reflexão.

A lei convida, pois, expressamente o eleitor à meditação, nos dois dias que antecedem a manifestação da sua vontade cívica. Recolhidos os mais variados e díspares elementos durante a campanha política, deve o cidadão elosar-los e julgá-los no recesso da sua consciência. O que o exercício da democracia exige não é apenas o voto, a manifestação formal de uma vontade, que pode estar ausente, ou ser influenciada por fatores estranhos. O que se exige é que o eleitor se recolha em si mesmo e livremente delibere. O que no voto se deve manifestar é a consciência do cidadão. Por isto se resguarda com o sigilo. Sem esta condição fundamental — voto expressão de uma consciência — a democracia perderia o seu sentido e a sua justificação e colossal mentira seria a eleição.

O que, pois, a lei exige do cidadão, nestas quarenta e oito horas precedentes ao pleito, é um verdadeiro exame de consciência. E a primeira coisa que ele deve indagar é se o seu voto consulta o interesse da coletividade, pois este é o objetivo essencial do ato.

Vou votar para satisfazer um interesse pessoal, ou o de um parente ou amigo? Pois estarei fraudando o voto, embora seja emitido segundo todas as formalidades legais. Votar por um emprêgo, por dinheiro, é muito pior que não votar. O que se abstém apaga-se, desaparece como cidadão, mas ao menos não vicia a manifestação das urnas, como faz o que vota por motivos subalternos.

Esta é indagação mais fácil de responder, pois, por mais obscurecida que esteja a sua consciência, o cidadão não poderá esconder de si mesmo que vai votar por interesse próprio, próximo ou remoto. Respondida favoravelmente que seja esta questão, surge então outra mais complexa e difícil. Não voto por mim, nem pelos meus, mas a posição que tomei corresponde verdadeiramente ao interesse comum da coletividade ou, pelo contrário, lhe será nociva? Tal a grande questão, que muitos não estão em condições de resolver acertadamente ainda que a desejem.

Serão as mais convenientes as soluções que o meu partido, ou o meu candidato preconiza? Nem sempre será fácil sabê-lo. Depende da formação, das idéias, das tendências de cada um. O socialista estará sempre predisposto a aceitar a intervenção do Estado; o liberal, sempre inclinado a recusá-la. Ouera estará com a razão num caso determinado?

Há, porém, certos critérios de fácil e irrecusável aplicação. Por exemplo, o da honestidade. Pode-se votar em gente desonesta, qualquer que seja o cargo a que se candidate, em gente que confunda o erário público com o cofre privado? E' evidente que não. O político desonesto é o maior ladrão, porque

rouba ao mesmo tempo de todos. Entretanto já se vulgarizou, entre nós, a frase — rouba, mas faz. Já se vulgarizou e, mais do que isto, se consagrou nas urnas, pela eleição do autor da cínica doutrina à prefeitura da cidade de São Paulo.

Pode-se votar em demagogos? Também parece que não. A demagogia é a negação do bem público, por ser simplesmente a exploração dos sentimentos e paixões populares. Dizendo-se amigo do povo, o demagogo é, em verdade, amigo exclusivo de si mesmo.

Poder-se-á votar em homens inclinados à violência para o exercício do poder executivo? Loucura seria da pior espécie entregar ao violento os meios de multiplicar indefinidamente a sua violência.

Aqui tem o cidadão algumas das questões que poderá e deverá propor a si mesmo nestes dois dias de meditação que, mais do que conceder, lhe exige a lei. Lembre-se ele de que não vai decidir somente por si, senão por todos. E de que absurdo é procurar o interesse próprio, no naufrágio do interesse comum. Estamos todos na mesma nau e com ela afundaremos, se afundar.